

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

INVASÃO: *Alternativa Popular Para a Habitação*  
- *Estudo do Caso do Pela Porco*

POR: **AGLAÉ CARNEIRO DA MOTA DIAMENT**

Salvador - Bahia

março - 1983

---



---

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
II. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE ESPACIAL

INVASÃO: *Alternativa Popular Para a Habitação*  
- *Estudo do Caso do Pela Porco*

POR: AGLAÉ CARNEIRO DA MOTA DIAMENT

ORIENTADORA: BARBARA-CHRISTINE NENTWIG SILVA

PESQUISA ELABORADA PARA A CONCLUSÃO  
DO II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM A-  
NÁLISE ESPACIAL.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE PESQUISA

Salvador - Bahia

março - 1983

---

## SUMÁRIO

### AGRADECIMENTOS

1.	INTRODUÇÃO	pag. 1
2.	A CRISE HABITACIONAL EM SALVADOR	" 6
2.1	<i>Os antecedentes</i>	" 7
2.2	<i>Modificações recentes no espaço urbano</i>	" 12
2.3	<i>As invasões</i>	" 15
3.	A INVASÃO DO PELA PORCO: UM ESTUDO DE CASO	" 24
3.1	<i>Características da área</i>	" 25
3.2	<i>Dinâmica da invasão</i>	" 27
3.3	<i>Características das famílias</i>	" 29
3.4	<i>Características habitacionais</i>	" 35
3.5	<i>Ação do Poder Público</i>	" 36
4.	CONCLUSÃO	" 41
5.	BIBLIOGRAFIA	" 46

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a colaboração das seguintes pessoas e órgãos, sem os quais seria impossível a realização desta tarefa:

- Barbara - Christine Nentwig Silva, professora e orientadora, pelos conselhos, incentivos e apoio.
- Órgão Central de Planejamento - OCEPLAN - pela liberação para participação no II Curso de Especialização em Análise Espacial, pela doação dos serviços mecanográficos, e particularmente à Unidade de Documentação, onde foi possível obter valiosas informações bibliográficas e cartográficas além de contar com a presteza e camaradagem de seus funcionários.
- Aos moradores da comunidade do Pela Porco que possibilitaram a obtenção de informações mais detalhadas sobre uma das áreas de invasão da cidade.
- A todos os amigos que opinaram e colaboraram com sugestões e discussões durante a realização do trabalho, especialmente Fernando Sérgio Teixeira e Ivone Lemos pelo auxílio na elaboração dos mapas e José Hilton pelo serviço datilográfico.



A pesquisa "Invasão: alternativa popular para a habitação - Estudo do Caso do Pela Porco" é o trabalho final denominado Prática de Pesquisa em Geografia, integrante do elenco de disciplinas do II Curso de Especialização em Análise Espacial, oferecido pelo Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFBA., entre os meses de abril/1982 e março/1983.

Os motivos que levaram a escolha dessa temática, situam-se no fato da questão habitacional, melhor dizendo, da crise habitacional se constituir num dos problemas mais sérios que se tem enfrentado e que vem se agravando paulatinamente entre nós. A medida em que o sistema capitalista vai se desenvolvendo, agudizam-se as contradições sociais, agravando a crise da habitação, que é uma das formas que toma a luta de classes na sociedade. Não é preciso ir muito longe para se ver com clareza, a natureza do processo que vem ocorrendo com as populações de baixa renda. A própria história das invasões na cidade do Salvador é bastante esclarecedora: se num primeiro momento, o problema habitacional na cidade foi agravado devido à estagnação da economia, favorecendo o aparecimento das primeiras invasões, hoje a crise se encontra infinitamente aumentada, devido aos próprios rumos tomados pelo desenvolvimento capitalista na região metropolitana, particularmente com a expansão do setor industrial.

Esta monografia procurou caracterizar a problemática das invasões como um dos aspectos em que se configura a crise da habitação, situá-la no contexto sócio-econômico em que se desenvolvem, bem como, detectar o arranjo espacial-urbano resultante do processo. A invasão do Pela Porco foi a escolhida para aplicação de pesquisa direta, efetivada através de questionários aplicados junto à população ocupante, e que resultou na obtenção de conhecimentos mais pormenorizados sobre uma área dessa natureza na cidade do Salvador. A realização dessa pesquisa possibilitou a confirmação, através de um exemplo verdadeiro, das questões teóricas que nortearam toda a concepção deste trabalho.

Como parte integrante da análise do Pela Porco foi elaborado o mapa evolutivo da área. Foram mapeados também as invasões em Salvador, onde se poderá ver as áreas em que predominam essa forma de ocupação, bem como o arranjo espacial resultante, além das áreas de habitação de baixa renda, que cruzadas com as invasões atualmente existentes, permitem visualizar a conformação espacial da pobreza urbana da cidade do Salvador.

A questão das invasões se insere numa problemática maior, que é o problema habitacional para as populações de baixa renda. Não se trata de questão recente, sequer é um problema do proletariado moderno, já que a chamada crise da habitação sempre afetou, de maneiras diferentes, todas as classes oprimidas do passado. Ocorre que essa crise tem se agravado e atinge um número cada vez maior de pessoas, principalmente nos países capitalistas, notadamente os mais pobres, de economia dependente.

O modelo de desenvolvimento adotado para o Brasil, em linhas gerais, estabelece uma dominação da cidade sobre o campo, devido ao destaque dado aos investimentos industriais em detrimento das atividades do setor primário da economia como, por exemplo, a agricultura tradicional de subsistência. Se por um lado, a manutenção de uma estrutura fundiária arcaica no campo acarreta o empobrecimento da população rural, levando à formação de fluxos migratórios rumo às cidades maiores, por outro a penetração das relações capitalistas de produção no campo, também levam às migrações, pois, nada mais são que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população, que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Nos grandes centros urbanos brasileiros, tem-se verificado uma expansão demográfica, que não é fruto do crescimento vegetativo da população, mas consequen-

cia dos fluxos migrat6rios que atraem, formados pela popula76o ru-  
ral e urbana de pequenas e m6dias cidades.

A consequ6ncia desse intenso processo de migra76o 6 o denomina-  
do fen6meno de "urbaniza76o" do Brasil e se traduz na atual pre-  
domin6ncia da popula76o urbana sobre a rural. O impacto dos mo-  
vimentos migrat6rios sobre as cidades, se faz sentir nas baixas  
condi76es de vida a que est6 submetida grande parcela da popu-  
la76o brasileira, uma vez que as cidades, polos de atra76o, n6o  
t6m condi76es de absorver contingentes excessivos de m6o-de-obra.  
Essa parcela da popula76o n6o encontra coloca76o no setor secun-  
d6rio da economia e acaba se engajando em atividades do setor  
terci6rio, o chamado mercado informal, por se constituir de ati-  
vidades n6o tipicamente capitalistas. Isso significa, para  
grandes contingentes populacionais, desemprego, sub-emprego e ca-  
r6ncias de todo o tipo: alimentares, educacionais, de sa7e e ha-  
bita76nais. A car6ncia habitacional, apesar de se constituir  
numdos mais graves problemas sociais urbanos, para a popula76o  
atingida, 6 apenas mais uma dentre todas a que est6 submetida,  
ou seja, 6 apenas a tradu76o de um dos aspectos da explora76o, a  
que 6 submetida a classe trabalhadora, no processo de acumula-  
76o capitalista.

Ao sistema capitalista, que se caracteriza por produzir social-  
mente toda a riqueza mas apropri6-la em car6ter privado, inte-  
ressa manter a situa76o descrita, tal como se apresenta, uma vez  
que, dessa forma, garante o crescimento do ex6rcito industrial  
de reserva, e a sobreviv6ncia e manuten76o dessa for7a de traba-  
lho. Como consequ6ncia direta desse processo, a parcela da po-  
pula76o engajada no mercado de trabalho formal, tamb6m 6 afeta-  
da pois, tem o valor real dos seus sal6rios achatado, com a i-  
nevit6vel queda da qualidade de vida e o empobrecimento maior da  
popula76o urbana.

N6o se pretende aqui aprofundar a quest6o do modo de expans6o ca-

pitalista mas, apenas, situar a origem do problema das populações mais intensamente afetadas pela crise da habitação. Como a carência habitacional torna-se mais explícita na cidade, muitas vezes incorreu-se no erro de a<sup>ã</sup> buscar suas causas. Ocorre que as cidades, apenas são os centros, mais dinâmicos da economia regional e nacional, pois é onde se dá com mais vigor o processo de acumulação do capital e onde, por isso mesmo, se pode sentir mais fortemente as contradições sociais. Muitas vezes, o problema da crise da habitação passou a ser explicado como uma simples questão da lei de mercado da oferta e da procura: num dado momento, existe um número maior de pessoas sem moradia, para um número menor de unidades domiciliares disponíveis, sendo esse dēficit, decorrente do crescimento demográfico das cidades num ritmo maior que o crescimento da economia.

Essa falsa formulação do problema levou a também falsas propostas de solução, já que se acreditou na "superação desse dēficit" através da adoção de um planejamento urbano, direcionado ao atendimento das necessidades da população. Por mais bem intencionadas que tenham sido as orientações dessas novas políticas urbanas, não se tem notícias entre nós da superação desse problema por essa via. O planejamento urbano isoladamente não pode ser considerado a "solução" para crise urbana brasileira, já que não é propriamente na cidade que se encontra as verdadeiras raízes da questão. Estas, são mais profundas e abrangem toda uma política sobre o modo de expansão capitalista.

Embora o problema habitacional seja comum às cidades brasileiras (e não s<sup>õ</sup> brasileiras), existem especificidades inerentes a cada uma delas, relacionadas ao contexto histórico, socio-econômico e político em que se desenvolveram. Assim, para se bem compreender a questão das invasões na cidade do Salvador, como surgiram e se expandiram, faz-se necessário situá-las nesse contexto mais amplo, além de particularizar as questões que lhes são

peculiares, como por exemplo, o modo de ocupação do sítio urbano (arranjo espacial) ou o regime de propriedade da terra. Essas questões tem sido determinantes para a formação do modelo físico territorial que hoje apresenta a cidade do Salvador.

## 2. A CRISE HABITACIONAL EM SALVADOR

## 2.1 OS ANTECEDENTES

Fundada em 1549, a Cidade do Salvador teve a sua economia volta da para as atividades do setor agro-exportador, tendo se especializado nas atividades de comércio e serviços, desenvolvendo uma economia tipicamente urbana. Na estrutura social, predominavam os grandes proprietários rurais com suas famílias e escravos, diversificando-se a partir do século XVII, quando os comerciantes adquiriram maior peso na estrutura sócio-espacial da cidade. Essa estrutura social manteve-se mais ou menos estável até o século XIX, quando ocorreu um ritmo de crescimento mais intenso. A cidade, desenvolvida em torno do núcleo inicial, com essa expansão demográfica passa a ocupar novos espaços: ao sul, surge e consolida-se o bairro da Vitória, preferido pelas classes mais abastadas que para aí se deslocam, e, ao norte, incorporam novas áreas que abrigam a população mais pobre.

No final do século passado, embora as atividades comerciais ainda predominassem, começou a ocorrer uma retração no mercado, devido à estagnação da agricultura de exportação. As indústrias existentes, principalmente têxteis, fumageiras e alimentares voltadas para o consumo interno, não conseguem reabilitar a econo-



mia local. Por essa época, o problema habitacional na cidade restringia-se à precariedade das habitações, segundo consta dos poucos registros existentes sobre o assunto. Essas informações dão conta de que enquanto as classes mais abastadas ocupavam grandes sobrados e escolhiam os bairros de São Pedro e Vitória para morar, a população pobre vivia como podia, em pequenas casas térreas de um ou dois cômodos e chão batido.

Nas primeiras décadas do século XX, a economia não apresentou mudanças significativas, em relação ao final do século XIX, que só vão ocorrer a partir de 1950 com a exploração e refinação do petróleo e os incentivos dados à industrialização. Em razão da própria decadência do modelo exportador, a cidade passa a receber contínuos fluxos migratórios vindos de áreas rurais estagnadas, cujas consequências se fazem sentir na expansão da área urbana e agravamento dos problemas habitacionais. Grande parte da população economicamente ativa vinculava-se ao setor terciário, principalmente às atividades incertas de baixíssima remuneração, como os biscates. Espacialmente, modificações ocorreram em consequência da expansão demográfica da cidade.

Até a década de 30, as intervenções mais drásticas ocorreram no centro histórico sob a justificativa de "adaptação aos novos tempos". Foi a época das grandes demolições, inclusive de edifícios de grande valor histórico e artístico, como a antiga Catedral da Sé, demolida juntamente com um quarteirão inteiro, para a construção da atual Praça da Sé, sob a justificativa de facilitar o tráfego dos bondes. Outra intervenção muito comum na época foi o alargamento e retificação do traçado de algumas vias, o que contribuiu para modificar bastante a feição daquela área. Tais intervenções significaram também modificações de uso desse espaço, antes predominantemente residencial, passando a alocar funções comerciais, e substituir a população de renda mais alta (que ainda se concentrava na zona central e adjacên-

cias), pela população de baixa renda, que passou a superlotar os velhas casarões e a ocupar os vales próximos, ainda desabitados.

A partir da década de 30, houve uma expansão do sistema viário pelas linhas de cumeeada que favoreceu o surgimento de novos bairros residenciais. A ocupação desses bairros ainda se fazia preferencialmente nas cumeadas, ficando os vales praticamente abandonados, ocupados precariamente pela população de baixa renda que vivia em péssimas condições habitacionais. Por essa época o problema da habitação já se fazia sentir e tendia ao agravamento devido a uma série de condicionantes: a estagnação da economia não só de Salvador como de todo o Nordeste, a grande expansão populacional, a falta de alternativas de ocupação ou emprego para grande parcela da população, e a existência de uma política urbana mais preocupada em "modernizar" a cidade, em "melhorar" a estética urbana e em implantar serviços básicos, transportes por exemplo. Embora a Prefeitura Municipal dispusesse do domínio pleno sobre grande parte da área urbana, a intervenção oficial na questão da habitação, limitou-se à proposição de aforamento de áreas para a construção de casas populares pela iniciativa privada. Tal proposta não atraiu investidores, devido à inexistência de perspectivas de grandes lucros, à retração da construção civil e ao alto custo dos materiais.

Segundo o EPUCS - Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador - entre 1943 e 1944, aproximadamente 75% da população vivia em habitações consideradas sub-normais, Planejamento, 1978 p. 203. A década de 1940 é também marcada pelo surgimento das invasões. Essa população habitava os bairros populares, localizados principalmente ao norte do centro histórico, a área central e ocupava os vales, que se constituíam em áreas desvalorizadas devido a má localização e dificuldade de acesso. Nesse período começou a ocorrer a ocupação de terrenos mais afastados do centro e menos valorizados. Essa ocupação periférica, foi inicialmente

consentida e até incentivada, pois trazia benefícios aos proprietários que, utilizavam a existência de moradores nos seus terrenos, para reivindicar do Poder Público a implantação de serviços básicos nessas áreas, o que as valorizavam. Esse processo de ocupação adquiriu nova dimensão, pois transformou-se em luta pelo direito de morar, quando aumentaram as perspectivas de valorização dos terrenos, ou seja, quando se desencadeou o processo de especulação imobiliária que alcançou expressão muito maior nas décadas seguintes.

A cidade continuou a crescer, num ritmo cada vez mais intenso, devido principalmente ao fluxo migratório contínuo. A população, cada dia mais pobre e a escassez de áreas para a construção, foram condicionantes que levaram à intensificação do processo de ocupação direta do solo urbano, ou seja, as invasões, alternativa habitacional viável a essa população. As invasões são se constituíram como tal, com a característica de apropriação ilegal do solo, quando os interesses dos proprietários das terras conflitaram com os da população, como foi visto anteriormente. A partir daí, mais precisamente em 1946, ocorreram as invasões coletivas de Alagados, Gengibirra e Corta-Braço, (as primeiras conhecidas com o nome de invasão) e ganha corpo a luta pela consolidação das áreas ocupadas e a incorporação de novos espaços.

É a partir da década de 50 que se expande e consolida o processo das invasões, como alternativa de moradia para a população de baixa renda. Nesse período, ocorrem as mudanças mais significativas na economia local com a extração e refino do petróleo encontrado no Recôncavo baiano, e os incentivos dados à industrialização através da SUDENE "mecanismo de destruição acelerada da própria economia "regional" nordestina, no contexto do movimento de integração nacional mais amplo" OLIVEIRA, Francisco de, 1978 p 113. Essas mudanças visam atender às novas necessidades do capital e a redefinição do papel de Salvador - e do Estado da Ba

hia - dentro da divisão nacional do trabalho.

Embora se tratassem de modificações de caráter estrutural na economia, os seus efeitos não foram capazes de alterar profundamente a estrutura produtiva da cidade e de sua região. Na verdade, ampliou-se a faixa de assalariados e criaram-se novos estratos de renda média, conquanto o tipo de atividade implantado demandasse pouca mão-de-obra. A criação da Petrobrás possibilitou o surgimento de indústrias complementares mas, ainda assim, os efeitos ficaram restritos a algumas camadas da população, e o emprego criado no setor industrial, não chegou a ser significativo em relação ao emprego no setor terciário.

As indústrias que se instalaram na Região Metropolitana de Salvador a partir do final da década de 50 e nas seguintes, não tiveram o objetivo de fortalecer a indústria local, voltada para o consumo interno - como era de se esperar, se houvesse a real intenção de diminuir as disparidades regionais - ao contrário, são a extensão das indústrias existentes no sul do País, multinacionais voltadas para um mercado específico, fora do Estado. Esse processo de "modernização" não melhorou a distribuição da renda da cidade que continuou altamente concentrada, não conseguiu criar um grande mercado de consumo de massas e transformou Salvador num mercado consumidor dos produtos industrializados no Sul, pois conseguiu dismantelar a incipiente indústria local. O ritmo da industrialização não acompanha o ritmo de crescimento das cidades e, o que se verificou em Salvador, foi a intensificação, durante esse e os períodos seguintes, dos problemas urbanos que vinham se delineando, em especial o habitacional.

O problema habitacional, particularmente o da população de baixa renda, é redimensionado a partir da nova dinâmica imposta à cidade, consequência das mudanças descritas anteriormente. O agravamento dos problemas urbanos exige uma abordagem mais espe

cífica que uma simples retrospectiva histórica. Nesse sentido, cabe agora analisar a questão urbana e habitacional em Salvador no período mais recente, particularmente as invasões, objeto deste trabalho.

## 2.2 MODIFICAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO URBANO

As mudanças estruturais ocorridas na economia a partir da década de 50, corresponderam alterações a nível do espaço físico, ou que se fizeram sentir na apropriação desse espaço. Em fins dos anos 60, a crise da habitação para os estratos de mais baixa renda foi agravada a partir da conjunção de dois fatores que implicaram na valorização do solo urbano, e favoreceram sobretudo a especulação imobiliária. O Estado foi o responsável direto e indireto por essas ocorrências: a primeira, constituiu-se na intervenção, através da Prefeitura Municipal do Salvador, no padrão espacial da cidade a partir da abertura das avenidas de vale e o segundo, foi o incentivo dado à construção civil e ao mercado de terras, através do direcionamento de grandes recursos financeiros, pela institucionalização do crédito imobiliário no País. Embora essa destinação de verbas não tenha sido um privilégio da cidade do Salvador, coube à Câmara Municipal através da Lei nº 2.181/68 denominada Reforma Urbana do Município, a contribuição decisiva para a expansão do mercado capitalista do solo urbano, de efeito negativo para as camadas da população de renda mais baixa.

As avenidas de vale, ao serem construídas, passaram por áreas ocupadas pela população mais carente que, como se sabe, habitavam os vales por serem desvalorizadas devido à má acessibilidade. Foram de desalojar consideráveis parcelas dessa população, impediram a ocupação de áreas semelhantes, porém mais distantes que, valorizadas com as obras da estrutura viária, passaram ao regi-

me de estocagem ou se destinaram ao uso residencial e comercial de alto padrão. Por outro lado, a oferta de crédito contri- buiu para a elevação do preço do solo nas áreas de expansão da cidade, porque permitiu investimentos de grande porte e a es- tocagem de terras, onde a população de baixa renda poderia en- contrar terra para morar.

As transformações ocorridas a nível de espaço físico na cidade do Salvador, correspondem à adequação a uma nova estrutura pro- dutiva (começada na década de 50 com a descoberta do petróleo e consolidada com a implantação do Centro Industrial de Aratū e do Polo Petroquímico de Camaçari) fruto do novo padrão de desen- volvimento nacional. A expansão e modernização do sistema viário é da maior importância para o pleno desenvolvimento das ati- vidades econômicas e vital para o setor industrial. A abertu- ra de novas vias urbanas na cidade do Salvador e interurbanas a nível regional, implicaram na redefinição do espaço urbano, ago- ra essencialmente voltado para a reprodução do capital, uma vez que são extremamente necessárias ao setor industrial. Note- se que cabe ao Estado a implantação da infra-estrutura necessá- rio ao pleno desenvolvimento das atividades industriais, porque está muito mais comprometido com os interesses do capital, que com questões de cunho social, seja esse capital imobiliário, fi- nanceiro ou industrial.

Foi para atender às exigências do capital imobiliário que foi a- provada a lei de Reforma Urbana Municipal de 1968, já que este encontrava-se emperrado numa estrutura fundiária que dificulta- va a livre comercialização do solo urbano. Esta lei autorizou ao Executivo a alienar bens dominiais do Município, facultando a rendeiros, foreiros ou ocupantes, adquirir em propriedade ple- na as terras ocupadas, que perfaziam um total de 21 milhões de metros quadrados. Isso significou a eliminação de um grande en- trave ao mercado capitalista do solo, já que grandes glebas de

terra foram adquiridas (a preços irrisórios) em regime de propriedade plena por grupos ligados ao mercado imobiliário. Segundo dados do OCEPLAN, Indicação para Política de Terras, 1980, a Prefeitura Municipal era proprietária de aproximadamente 70% da área do Município lhe restando após a promulgação dessa lei, apenas 31%. Um dos aspectos de maior relevância é que, a partir daí, o processo de urbanização da cidade passou a ser dirigido pelos interesses do capital, além da valorização acentuada dos terrenos urbanos. Essa valorização é ainda verificada a partir da execução de obras públicas. Em alguns casos, para a execução de obras de infra-estrutura, a P.M.S. é obrigada a reaver terras (ao valor de mercado) que outrora lhe pertenceram.

No âmbito deste trabalho, o processo de alienação das terras da P.M.S. interessa, na medida em que a população de baixa renda teve ainda mais restringido o acesso à moradia, uma vez que se viu impossibilitada de ocupar, através dos institutos de aforamento, arrendamento ou ocupação simples, as terras municipais. Por outro lado, a alta verificada nos preços dos terrenos em função das atividades especulativas, tornou ainda mais distante dessa população a perspectiva de aquisição de terras para a habitação. A consequência se fez ver no adensamento dos bairros populares e de antigas invasões, bem como a proliferação das invasões em pequenos terrenos, aonde ainda foi possível invadir. Em relação à construção da moradia, tem-se visto que a solução encontrada é a autoconstrução já que os programas habitacionais institucionais não atingem à essa população, seja a nível de quantidade necessária; seja porque grande contingente populacional não se enquadra na faixa de renda exigida.

As questões tratadas até aqui, embora numa abordagem ampla, situam num contexto geral o problema específico das invasões, que acabam sendo apenas um dos aspectos em que se configura a crise da habitação. A seguir se tratará do problema específico das

invasões: o que são, como surgem e se desenvolvem e o que significam em termos da estrutura social e urbana na cidade do Salvador.

### 2.3. AS INVASÕES

Denomina-se invasão, a forma de ocupação espacial, pela população de baixa renda, caracterizada pela utilização ilegal do solo urbano. Embora esse tipo de ocupação tenha características comuns a outras categorias denominadas "áreas de habitação sub-normais", tais como a precariedade das habitações, falta de higiene, saneamento básico e infra-estrutura urbana, que se traduzem nas baixas condições de vida da população ocupante, o que a diferencia é a questão da "ilegalidade" da ocupação. Entenda-se por ilegalidade, não o ato de ocupar a terra para morar, pois o direito à habitação assiste a todo ser humano. Consideramos legítima a busca das alternativas viáveis para garantia e gozo desse direito, sendo essa talvez, a única solução encontrada por grande parcela da população, segundo foi constatado anteriormente. A questão da ilegalidade é colocada na medida em que na sociedade o direito à propriedade de sobrepõe ao direito mais elementar da habitação. A propriedade é garantida inclusive pela constituição brasileira e a forma de ocupação territorial pelos invasores consiste na violação desse direito, ao ocupar uma terra que juridicamente não lhes pertence, ou seja, é propriedade de outrem, sejam particulares ou um bem público.

O conceito de propriedade é tão enraizado na sociedade capitalista que até mesmo os próprios invasores reconhecem que estão "errados" agindo dessa forma e só o fazem porque não tem condições de optar por outra solução. Dessa forma os terrenos preferencialmente ocupados por invasores, são públicos ou de propriedade duvidosa e, geralmente, os ocupantes aspiram a aquisição do



lote, para legalizar a situação e, obviamente, obter a garantia de que não serão expulsos do local, pois sabem que a propriedade é respeitada.

Conquanto a questão da ilegalidade da ocupação seja fundamental para se definir invasão e diferenciá-la de outras áreas de habitação sub-normal, do ponto de vista social a invasão pode ser caracterizada como "mobilização popular diante do problema da habitação" ou "tomada de decisão diante de uma contradição urbana" conforme fica explícito no trabalho de IVO, A.S. Leal, 1977, p1, ou ainda, "alternativa de população mais pobre para resolver seu problema habitacional" segundo MATTEDI, M.R. Mattoso, 1979, p8.

As duas primeiras definições pressupõem uma ação coletiva e a última, o esgotamento de outras possibilidades para a resolução do problema. Pode-se falar em ação coletiva quando se considera o aspecto de que os ocupantes de invasão, pertencem a uma mesma classe social, e esta foi a solução comum encontrada por todos, para a satisfação (embora precária) da sua necessidade de moradia. No entanto, essa ação coletiva não demanda necessariamente alguma forma de organização para o ato de invadir. Geralmente o processo de ocupação do solo é desorganizado e espontâneo, podendo surgir uma organização dos invasores a partir de uma ação externa como a repressão policial e ameaças de expulsão, quando então fica evidenciada uma certa noção de consciência coletiva. O momento da ocupação é inclusive marcado por uma série de desconfianças e desentendimentos entre os invasores devido à acirrada concorrência pela posse da terra. Há sempre o risco de um tomar o lote demarcado por outro e não há cooperação no sentido de executar rapidamente a construção do barraco. O mutirão para a construção das casas não é uma prática muito comum entre os invasores e ocorre em áreas onde já se superou a fase inicial de conquista da posse.

Embora exista uma incipiente organização em determinadas invasões, não se pode falar em um caráter revolucionário nessa prática, já que o processo é desencadeado a partir de um objetivo único e específico e aí se esgota. Algumas áreas de ocupação mais antiga evoluem nessa forma organizativa e conseguem manter algum tipo de associação de caráter reivindicatório, que busca junto à Prefeitura a obtenção de melhorias para a sua área. Logicamente que o processo não é idêntico a todas as invasões. As primeiras de que se tem notícia (nos anos 40), caracterizaram-se por serem verdadeiros "movimentos coletivos" que mobilizaram centenas de pessoas, logrando a consolidação e permanência dessas áreas e, dessa forma, diferenciando-se das antigas áreas de habitação sub-normal.

Até então a população de baixa renda tinha as seguintes alternativas para resolver o seu problema de habitação:

os pardieiros, que consistiam na sublocação de antigos casarões - outrora residencia dos mais abastados - por várias famílias, pagando aluguel do cômodo ocupado ao proprietário da casa. Tal tipo de ocupação foi (e ainda é) muito comum nos bairros mais antigos da cidade, como o centro histórico e adjacências;

as avenidas, constituídas de um conjunto de pequenas casas, construídas geminadas (parede-meia), com uma instalação sanitária comum na área interna, localizadas geralmente em becos, fundos de quintal ou em bairros populares, pertencentes a um só dono a quem os ocupantes pagam aluguel.

os bairros populares, onde a população adquiria a posse de um lote ou alugava a habitação. Cabe aqui uma ressalva: os chamados bairros populares na cidade do Salvador, são áreas de ocupação não muito recente, que se caracterizaram por abrigar, ao longo dos tempos, os estratos de renda média e baixa da população. Hoje são bairros consolidados, que dispõem de uma infra-estrutu

ra, equipamentos comunitários e um comércio local. As favelas são áreas caracterizadas pela precariedade das habitações e to tal ausência de infra-estrutura, que se localizam geralmente, dentro ou próximo dos bairros populares, mas diferenciam-se das invasões por não possuírem a característica de ocupação ilegal da terra. Como diz MATTEDI, M.R. Mattoso, op.cit. p. 10, "a invasão sempre será uma favela, todavia, a favela pode ou não ter se constituído através do processo de invasão".

Além dessas, mais recentemente, com o desenvolvimento de políti-  
cas habitacionais através do BNH, surgiu a alternativa dos "con  
juntos habitacionais para a população de baixa renda". Talvez  
não deva ser considerada uma alternativa porque, na prática, es  
sa solução mostrou-se inviável, já que não atinge essa cam  
da da população, pois não possui a renda necessária para ser mu  
tuária do BNH. Foi tentado então o programa de lotes urbanizã  
veis - PROFILURB - que consiste no mínimo que se pode oferecer:  
um lote demarcado e um ponto de água que, ainda assim, a popu-  
lação não tem condições de pagar. Esses programas sã serviram  
para uma coisa: esclarecer que o BNH não atinge os objetivos pa  
ra os quais foi criado e que os estratos de baixa renda não tem  
condições de se comprometer com dívidas a longo prazo, nem que  
seja para pagar a habitação.

As invasões se tornaram na única alternativa em que a população  
eliminou do seu orçamento o item aluguel, que devido a crescen-  
te pauperização da classe de renda baixa se tornou um ônus cada  
vez mais difícil de suportar. Sem dúvida que na busca da inva  
são como alternativa habitacional, é determinante o fato de não  
precisar pagar o aluguel ou a prestação do terreno. Dessa for  
ma fica evidenciada a questão do esgotamento de outras possibi-  
lidades habitacionais para essa população. É verdade que exis  
te também a especulação imobiliária dentro das invasões. Essa  
especulação se faz sentir na venda de lotes e aluguel de barra-

cos mas, sem dúvida, que os valores manipulados são incomparavelmente mais baixos que os do mercado imobiliário formal.

Até meados da década de 40, o problema habitacional em Salvador, se evidenciava na proliferação de barracos construídos clandestinamente em terrenos públicos ou de propriedade ignorada. Esses casebres, conhecidos como mocambos, não causavam maiores preocupações ao poder municipal, embora se tentasse uma política contra o crescimento desse tipo de ocupação, baseada em argumentos relativos à promiscuidade e de caráter estético. A partir de 1946 surgiram várias invasões em áreas periféricas aos antigos bairros populares, algumas das quais em locais diferentes de um mesmo bairro, ou onde já existiam os mocambos. Assim, a invasão dos Alagados começou num terreno da Massaranduba (Cidade Baixa): logo após, ocorreu a invasão do Corta-Braço (atual bairro do Pero Vaz, contíguo à Liberdade) e em 1947 surgiu a invasão denominada Gengibirra, também em terreno periférico ao bairro da Liberdade (hoje bairro Guarani). Essas invasões se caracterizaram por constituir verdadeiros movimentos coletivos, envolvendo centenas de pessoas que ocupavam terras públicas e/ou aforadas a terceiros. Foram reprimidas violentamente, principalmente a área denominada Corta-Braço, cujos moradores se organizaram num movimento para a desapropriação da área ocupada por utilidade pública, o que foi conseguido, após muita luta, no ano seguinte.

Até o final dos anos 40, as invasões surgidas em Salvador ocuparam áreas relativamente periféricas ao centro da Cidade, principalmente no bairro da Liberdade (que hoje possui a mais alta densidade do município), na Calçada e Uruguai (estes, na Cidade Baixa). Embora tenham sido reprimidas com violência, essas invasões trouxeram benefícios a grupos econômicos e ao próprio Estado, pois a cidade sofreu uma expansão física e à medida que novas áreas iam sendo incorporadas, o consumo de serviços públi-

cos ou privados também aumentavam. Consta que a Companhia de Energia Elétrica muito lucrou com essa expansão da cidade e também a Prefeitura com o aumento da cobrança de impostos e taxas. Por outro lado, a ampliação da rede de infra-estrutura valorizou muitos terrenos situados entre áreas consolidadas e as invasões, beneficiando proprietários particulares.

A incorporação de novos espaços acentuou-se nas décadas seguintes, na forma de um crescimento urbano desordenado, em direção às áreas periféricas ainda desocupadas. Nesse período, tornou-se mais intenso o processo de especulação imobiliária, que "empurra" para mais longe a população de baixa renda, que até então habitava as zonas mais centrais. O centro da cidade passa por uma nova redefinição de uso e aquelas áreas onde o uso predominante era o residencial, passaram a ser ocupadas por atividades comerciais, administrativas e financeiras. Nas regiões mais afastadas ocorre uma proliferação de loteamentos muitos dos quais clandestinos.

O processo das invasões torna-se mais intenso e se expande por novas áreas. Datam dessa época (década de 50) as invasões em áreas da faixa litorânea, considerada área "nobre" da cidade. As mais conhecidas são as de Bico de Ferro na Pituba, a de Ondina e as ocorridas na Boca do Rio. As duas primeiras foram eradicadas. Se num primeiro momento a caracterização de uma invasão era dada por se constituir num processo coletivo de ocupação de terras de terceiros, a partir da intensificação do processo, esse adquire novos contornos: muitas vezes é lento e passa despercebido ao restante da cidade, assim como, áreas anteriormente invadidas continuam crescendo intensamente (Avagados, Liberdade, Pero Vaz), unindo bairros antes afastados e ocupando os espaços ainda vazios. Dessa forma, surgem invasões tanto em bairros relativamente próximos ao centro como a Federação e Brotas quanto em outros mais distantes como o Bonfim, Monte Serrat,

Rio Vermelho, Campinas, etc. Algumas áreas também foram ocupadas pela população de baixa renda embora não se tenha caracterizado como invasões, devido a situação legal das terras: loteamentos clandestinos em terrenos arrendados ou terrenos doados e cedidos à população pobre.

Das invasões ocorridas até o início da década de 60 que ocuparam terras públicas, muitas puderam se consolidar e outras sobreviver durante alguns anos, devido a inexistência de uma política específica de controle do fenômeno, que se restringia em impedir o crescimento de algumas áreas e a derrubada de barracos desocupados. As que ocorreram em terrenos particulares, via de regra, foram reprimidas pelos proprietários com a ajuda oficial da Polícia e prepostos da Prefeitura Municipal. A partir de 1964, com a instauração de um regime militar autoritário e devido à valorização dos terrenos urbanos, foi adotada pelo Poder Público uma política sistemática de combate às invasões, inclusive de erradicação de áreas invadidas cujos ocupantes eram transferidos para regiões mais distantes. As primeiras áreas atingidas foram aquelas que apresentavam maior valor no mercado imobiliário. A invasão de Bico de Ferro foi a primeira a ser demolida no ano de 1967 e seus moradores foram transferidos para áreas na Boca do Rio. Os ocupantes da invasão de Ondina foram expulsos em 1969; os da Curva Grande, no Garcia, nesse mesmo ano; os de Monte Serrat (Loca da Sereia) em 1970; os do Marotinho, em São Caetano em 1976 e os da Rocinha dos Marinheiros em 1977. Outras invasões surgidas no final da década de 60 e durante os anos 70 conseguiram se manter, embora sob ameaças, numa situação total de insegurança em relação ao futuro. É o caso da invasão do Pela Porco, que será objeto de estudo específico, justamente porque surgiu numa época em que a política de controle e erradicação das invasões era mais violenta e a despeito disso, conseguiu se manter.

Na última década, essa política de repressão às invasões se a -

centuou embora estas não tenham deixado de ocorrer. Já foi vista anteriormente que a invasão vem se colocando como a alternativa viável de resolução do problema habitacional para a população de baixa renda, principalmente devido à crescente pauperização das populações urbanas. Assim, as invasões continuaram a ocorrer onde foi possível invadir: seja área na orla marítima como as novas invasões da Boca do Rio, as de Itapoã ou à beira do rio Camurugipe; seja em áreas mais centrais como as do Pela Portco, Marotinho (São Caetano) ou Saramandaia (sub-centro do Iguatemi) ou seja em áreas mais distantes onde os valores do mercado imobiliário ainda são mais baixos como no Subúrbio Ferroviário, São Cristovão ou Marechal Rondon (ver fig 3). Embora a política de erradicação das invasões efetivada pela P.M.S. tenha se explicitado e intensificado nos anos 70, na prática foram poucas as invasões completamente eliminadas da malha urbana, já que a ação se constitui basicamente da demolição de barracos quando se sempre desocupados, roubo do material de construção destinados à edificação dos casebres, destruição das demarcações nos terrenos, ameaças e prisões, o que faz com que a população sintasse ameaçada e insegura em relação a posse das áreas ocupadas. Essa ação repressiva, embora violenta, não tem conseguido erradicar completamente as áreas (salvo algumas já citadas) inclusive porque criaria um problema social grave de resolução difícil e com consequências políticas imprevisíveis, que o Poder Municipal não tem condições de absorver. Tampouco tem conseguido impedir o surgimento de novas áreas invadidas, já que fiscalizar toda a cidade o tempo todo é tarefa impossível e o problema habitacional é real e precisa ser resolvido, sendo essa a solução encontrada por grande parcela da população.

Em contrapartida a tarefa de invadir tem se tornado cada vez mais difícil: seja pela maior escassez de áreas disponíveis, uma vez que o estágio de urbanização da cidade permite delinear as perspectivas de crescimento, exigindo do invasor um conhecimento pré

vio da cidade, ou porque essa ação necessita maior rapidez e  
discreção para que logre êxito.



3. A INVASÃO DO PELA PORCO: UM ESTUDO DE CASO

A invasão do Pela Porco foi a escolhida como elemento de ilustração e análise para a questão habitacional em Salvador, ora em estudo.

A razão dessa escolha encontra-se no fato desta invasão não ser muito recente, estando em fase de consolidação, tendo já resistido a muitas formas de coação e repressão, o que permite estudar o processo vivido pela população ocupante.

Para o estudo da invasão, foram aplicados junto à população local, 50 questionários equivalentes à 25% da população total da área, cerca de 200 famílias. Esses questionários possibilitaram a obtenção de dados referentes à própria dinâmica da invasão, bem como ao universo dos seus moradores. As informações foram complementadas com entrevistas a moradores mais antigos e líderes da comunidade que, em virtude da própria atuação, acabaram por adquirir conhecimentos mais precisos sobre a invasão.

### 3.1 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA

A invasão localiza-se em área próxima ao Centro Histórico da cidade do Salvador, (ver fig. 1) em terreno pertencente à Previ -

dência Social. Esse terreno, de topografia muito acidentada e ocupação difícil, está situado logo atrás de um posto de venda da COBAL, que funciona nas instalações da antiga Estação Rodoviária de Salvador.

O início provável de ocupação está entre os anos de 1965 e 1968, segundo informações dos moradores, sendo que o período registrado pela atual pesquisa, em que mais cresceu a invasão está entre 1974 e 1981 (40 famílias das 50 entrevistadas, em 7 anos).

O processo de ocupação foi espontâneo: "Cheguei do interior na Rodoviária, não tinha para onde ir, vi aquela área vazia e gostei" como afirma uma moradora. Apesar da área em que se localiza não ser muito valorizada no mercado imobiliário, devido às especializações de uso que apresenta: comércio destinado às camadas mais pobres, mercados populares, oficinas, borracharias, lojas de material de construção, hotéis de baixa categoria (ainda a influência da antiga rodoviária), as famílias que se instalaram, até hoje, devido à coragem e resistência à repressão e a todo tipo de ameaças. À medida em que foram acontecendo as ameaças de expulsão, os moradores foram aprendendo a se juntar para resistir melhor. Hoje, contam com uma organização razoável.

Não foi possível identificar o número de famílias que havia no início da invasão porque a maioria das pessoas entrevistadas não esteve no local desde o começo da sua ocupação. As respostas obtidas foram díspares, inclusive porque, como não foi uma invasão organizada, as primeiras famílias que ocuparam a área não foram muito notadas, vindo a constituir uma invasão com as ameaças de expulsão, quando o processo de ocupação se tornou mais intenso.

A localização da invasão mostrou-se ser excelente para os seus moradores, por uma série de motivos: o fato de estar próxima ao

centro "perto de tudo" foi a vantagem mais alegada. Isso significa, para as pessoas que aĩ residem, economia no transporte jã que podem se deslocar a pē para uma sērie de lugares. Situar-se atrã da COBAL tambēn ē outra vantagem, para os moradores mais carentes, porque consēguem restos de frutas e verduras junto aos feirantes, alēn do que o lugar oferece opçōes para a realizaçō de biscates.

### 3.3 DINÂMICA DA INVASÃO

O Pela Porco ē uma invasão que foi se constituindo aos poucos, tendo acelerado o seu processo de ocupaçō a partir do ano de 1974. A maioria dos entrevistados nã soube precisar o perĩodo em que recebeu o maior contingente populacional. Quem respondeu à pergunta, forneceu respostas bastante variadas que coincidem com as fornecidas à pergunta: "Em que ano se mudou para o local?" onde se detectou o perĩodo de 1974 a 1981 como o mais dinãmico, em termos de crescimento. (ver fig. 2).

Situaçō idēntica ocorreu em relaçō ao complemento da pergunta ou seja, o motivo pelo qual houve o crescimento da invasão: a maioria afirmou nã saber a causa. As respostas fornecidas dã conta de que "as pessoas nã tem onde morar" ou "a situaçō tem piorado". De uma maneira geral as pessoas nã tēn inteira consciēncia do que se passa com elas, do processo de acumulaçō de riquezas, da mã distribuiçō da renda que ocorre na sociedade de economia capitalista subdesenvolvida. Muitas vezes acham que "as coisas são assim mesmo", que "Deus quis assim" e nã sabem onde procurar as causas da sua misēria.

O principal motivo alegado para morar no Pela Porco foi a falta de opçō. Os moradores afirmaram nã ter outra forma de moradia, jã que não possuem condiçōes de pagar o aluguel (por menor

que seja) e não são proprietários de um pedaço de terra onde possam construir. A falta de condições financeiras é o principal motivo pelo qual as pessoas optam por morar numa invasão, que, a princípio, pode ser qualquer uma, em qualquer lugar. Muitos afirmaram que "foi o lugar que achei" ou que "não conhecia outra invasão". Apenas uma pessoa afirmou que se mudou para o local porque aí residiam parentes e, também, apenas um morador afirmou de que se trata de um lugar melhor do que onde residia anteriormente. O número de pessoas que afirmou conhecer alguém da invasão antes de se mudar para o local é equivalente ao que disse não conhecer ninguém (21 contra 23). De qualquer forma esse não foi motivo determinante para o crescimento da invasão, haja visto os motivos expostos anteriormente. Tampouco foi detectada alguma relação mais forte entre esta e outra invasão qualquer. As pessoas que aí residem não foram expulsas (pelo menos ostensivamente) de uma outra invasão.

Quanto à pergunta "onde gostaria de morar se tivesse condições de sair?" formulada com o intuito de se conhecer as aspirações dos moradores, forneceu resultados extremamente variados. Observou-se que o maior número de respostas semelhantes é "não sabe" e "não gostaria de sair" (14 e 13 pessoas respectivamente, 54% dos entrevistados). Tais afirmações denotam uma falta de perspectivas, especialmente no primeiro caso, inclusive porque muitas vezes, essa resposta veio aliada à afirmação "em qualquer lugar"; denota também, principalmente a segunda resposta, de certa forma um apego ao local, em virtude das vantagens enumeradas anteriormente, porque gostam mesmo do lugar ou ainda, porque acham que se sair daí será para pior. A terceira resposta mais obtida, embora por um número bem menor de pessoas (apenas 3) foi: "numa casa boa" o que demonstra a preocupação com a qualidade da moradia, independentemente de onde se localize. As demais informações fornecidas, dizem respeito à outros bairros da cidade e municípios neste ou em outros Estados, tendo sido

citados por uma ou no máximo duas pessoas aleatoriamente. Essas respostas quase sempre estão relacionadas com a vivência das pessoas: origem da família, locais onde trabalhou, etc. Nota-se que não há uma aspiração muito forte de morar nos lugares identificados como "nobres" na cidade - apenas 5 pessoas os citaram porque são bonitos, bem localizados ou trabalham nesses locais. Em contrapartida, 10 moradores afirmaram que gostariam de morar em outros bairros pobres, às vezes até mais distantes de onde estão hoje, principalmente porque têm parentes ou amigos nesses locais, demonstrando que as aspirações da classe de renda mais baixa se situam num nível bem diferente das aspirações burguesas da população classe média.

### 3.3 CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS

As famílias que residem no Pela Porco caracterizam-se por serem relativamente pequenas e constituídas basicamente por pessoas jovens. Têm em média 4,41 pessoas por grupo familiar sendo que dos 50 entrevistados, 39 possuem de 1 a 5 membros e 11 possuem mais de 6 membros, não ultrapassando o número de 9 (apenas 1). Quanto à faixa etária, 80% dos chefes de família possuem menos de 40 anos e desses, 47,5% têm menos de 30 anos de idade. A população total pesquisada foi de 216 habitantes. Desses, 46,76% são homens e 53,24% mulheres. Os menores de 18 anos perfazem um total de 57,87%.

Quanto à origem das famílias, 66% (33 famílias) são migrantes, vindos principalmente do interior do Estado (25 chefes), de outros Estados do Nordeste vieram 7 famílias e 1 veio de Minas Gerais. A grande maioria dos migrantes (30 pessoas) saiu do local de origem há aproximadamente 10 anos. Alguns chefes de família (11 ao todo) que migraram, o fizeram ainda criança, vindo constituir família já em Salvador. Geralmente essas pessoas não

possuíam uma atividade remunerada no local de origem e quando moravam na roça, aí trabalhavam ajudando os pais. A maioria dos migrantes era lavradora no local onde nasceu, as mulheres (em número de 3) eram domésticas e o restante, 5 homens, possuíam profissões variadas: motorista, serralheiro, pedreiro, oleiro e armador. Destes, apenas o oleiro mudou de atividade em Salvador, além de todos os lavradores, que se viram obrigados a mudar de profissão.

Esses migrantes moravam, via de regra, em outra invasão em Salvador, geralmente casas de parentes e amigos, muitos dos quais, mudaram-se para o Pela Porco quando constituíram família. Apenas 2 pessoas relacionaram a escolha do lugar com a sua proximidade da antiga estação rodoviária. Embora a maioria dos chefes de família seja migrante, não se pode afirmar que o que caracteriza o morador de invasão seja a sua origem, já que essas pessoas muitas vezes cresceram na cidade e o fato fundamental de se encontrarem hoje numa invasão é a falta de condições financeiras para participar do mercado imobiliário formal, seja porque não encontram colocação nos setores tradicionais da economia ou porque a renda percebida, mesmo que estejam aí empregadas, não é suficiente para garantir outro tipo de alternativa habitacional.

Os entrevistados se dedicam a uma gama de atividades bastante ampla e possuem um ponto em comum: são muito mal remunerados. A maioria não exige especialização e se caracteriza por constituir o lumpesinato urbano. A situação profissional se configura da seguinte maneira: 13 pessoas são operários da construção civil (serventes, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, serralheiros); 3 são operários industriais; 7 pessoas trabalham para empresas particulares ou públicas como vigilantes, zeladores, motoristas de copeiro de hotel; um morador é taxeirola; 4 trabalham na Limpurb (garis e lixeiros) e 7 trabalham como domésticas (empregadas domésticas, de tempo integral, faxineiras, cozinheiras e lavadei-

ras). Como se pode verificar, a grande maioria dos chefes de família entrevistados (35 pessoas) possuía atividades definidas no momento de aplicação dos questionários, embora muitos mudem de ocupação com certa frequência para se adaptar ao mercado de trabalho, não possuindo portanto, profissão definida, vão vivendo dos "biscates" do que o mercado lhes oferece, "do que aparece" segundo sua própria linguagem.

Estes dados nos permitem verificar que a população da invasão é constituída, em sua maioria, de trabalhadores urbanos mal remunerados que não conseguem morar de outra forma. Como se vê, não é característico desta invasão (e cremos não o ser também na maior parte das invasões de Salvador) a predominância de migrantes recém-saídos do local de origem que aí estariam temporariamente, até se firmarem no novo meio social, e poderem então partir para melhor solução. Na verdade a cidade não oferece essa condição de melhoria no meio social e os moradores de invasão hoje são os próprios trabalhadores, alguns engajados nos setores de ponta da economia como são os operários industriais.

Quanto ao vínculo empregatício, apenas 18 pessoas possuem carteira assinada, 12 não a possuem apesar de trabalharem para pessoas ou empresas desenvolvendo atividades idêntidas às das anteriores. Os "autônomos" ou seja, os que sempre vivem dos biscates (vendedores ambulantes, lavadores de automóveis, etc) são 13 no total e não possuem qualquer vínculo empregatício. Dos que possuem profissão definida, 4 estão desempregados e 1 aposentado, (2 pessoas não responderam a questão), embora como desempregado talvez se devesse considerar todos os biscateiros, já que são pessoas que não encontram colocação no mercado de trabalho formal.



A renda familiar foi declarada por 88 % das pessoas entrevistadas (o que equivale a 44 famílias). A distribuição da renda se faz no seguinte nível: 12% das famílias declararam perceber entre Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); 50% delas possuem rendimentos entre Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) e Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) - o salário mínimo vigente à época da aplicação dos questionários (setembro/1982) era de aproximadamente Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros) - e finalmente 26% dos entrevistados possuem uma renda entre Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) mensais.

Estes dados nos permitem tecer algumas considerações: a totalidade da população entrevistada possui uma renda familiar inferior a 2 salários mínimos regionais, o que demonstra o nível de exploração a que é submetida. Note-se de que se trata de renda familiar ou seja, muitas vezes o valor declarado é o somatório dos rendimentos dos vários membros da família. Foi constatada a existência de empregadas domésticas que, por pagamento dos seus serviços, percebiam Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) semanais. Os menores que prestam serviços, encontram-se em situação semelhante. Para conseguir o que comer, muitas dessas pessoas são obrigadas a depender da caridade alheia, especialmente dos feirantes da COBAL que lhes dão o que não serve para vender ou os artigos perecíveis que sobram da feira diária. Uma mulher chegou a falar que "minha vida melhorou quando vim morar aqui porque agora como batatinha (batata inglesa) que ganho da COBAL". Nunca tinha comido verduras antes.

Muitos dos entrevistados, 32% não possuem lugar fixo de trabalho, são operários da construção civil, por exemplo. Trabalhando em casa ou nas proximidades se encontram 16% e outros 16% no momento não trabalhavam (desempregados, doentes, etc). O restante trabalha em locais variados, sendo os mais citados o cen-

tro da cidade e o sub-centro da Calçada. Quanto ao transporte utilizado para o deslocamento até o trabalho, grande número (42%) declarou utilizar o ônibus: 26% faz o deslocamento à pé, apenas 10% possui transporte fornecido pela empresa e aos restantes (22%) a questão não se aplica (desempregados, trabalhadores na própria casa, aposentado, taxeiros, etc). Observe-se que estas duas questões, local de trabalho e transporte utilizado diz respeito apenas às atividades dos chefes de família.

A este item cabe ainda a observação de que, aparentemente, o local da invasão não atraiu muita gente devido à existência de empregos na área, contrariamente ao que se esperava constatar com os questionários. Julgava-se que a localização da Empresa de Limpeza Pública, Limpurb e o Mercado das 7 Portas eram pontos de atração de emprego ou que no mínimo, já empregassem muita gente da invasão.

Devido às péssimas condições de vida da população da área, procurou-se investigar o grau de mortalidade infantil. Verificou-se que da metade das famílias entrevistadas, 21 não haviam perdido filhos e as outras 4, nunca os tiveram. Das restantes, em 11 ocorreram abortos espontâneos e 15 perderam suas crianças. Em alguns casos, na mesma família, ocorreram abortos e mortes das crianças. A idade em que ocorrem as mortes com maior frequência é antes de completar o primeiro ano de vida, especialmente recém-nascidos. Significativo também o número de natimortos. Quanto aos abortos, não houve quem declarasse tê-los provocado.

Não é grande o número de mães de família que trabalham fora do lar. Por isso, para 43 delas, a pergunta "se a mãe trabalha, quem fica com as crianças?" não se aplica. Para o restante, as soluções encontradas são levar junto de si os filhos menores ou deixá-los com os de mais idade ou parentes próximos. Às ve

zes ficam sozinhos ou vão para a escolinha. Apenas uma pessoa declarou que paga a uma vizinha para tomar conta, o que demonstra não ser muito comum esse tipo de expediente entre as mulheres do Pela Porco, certamente consequência da falta de trabalho e escassez do dinheiro.

A tentativa de identificação de um padrão de alimentação diária dos moradores da invasão, levou à conclusão de que não há um "padrão alimentar" em que haja a preocupação de balancear a dieta. Se houver um padrão, este constitui-se do feijão e da farinha de mandioca, os alimentos mais citados como constantes da mesa dos entrevistados. Muito comuns foram as afirmações "a gente come o que acha" ou "o que Deus dá". Houve quem dissesse "não é certo comer todo dia". Além do feijão e da farinha, foram citados, por quem a come, o arroz, o peixe e as verduras. A carne, quem a come, o faz "de vez em quando". As crianças, mesmo as muito pequenas não possuem uma alimentação diferenciada da dos adultos, apenas aos recém-nascidos procuram dar leite.

As crianças em idade escolar que frequentam a escola, o fazem na escolinha comunitária da invasão (escola de 1º grau, que funciona precariamente) ou nos bairros próximos. No entanto, é grande o número das que não estudam ou são obrigadas a abandonar a escola devido à falta de condições financeiras da família. Não foi pesquisado o índice de analfabetismo dos adultos.

Aliado à questão da alimentação existe um outro grave problema social que, embora não tenha constado dos questionários, foi possível constatar nas sucessivas visitas feitas à área: a grande incidência do alcoolismo que existe indistintamente entre homens e mulheres. Pôde-se verificar também que as mulheres são muito maltratadas pelos companheiros: as surras e outra sorte de maus tratos são frequentes além de serem constantemente abandonadas grávidas ou com filhos.

zes ficam sozinhos ou vão para a escolinha. Apenas uma pessoa declarou que paga a uma vizinha para tomar conta, o que demonstra não ser muito comum esse tipo de expediente entre as mulheres do Pela Porco, certamente consequência da falta de trabalho e escassez do dinheiro.

A tentativa de identificação de um padrão de alimentação diária dos moradores da invasão, levou à conclusão de que não há um "padrão alimentar" em que haja a preocupação de balancear a dieta. Se houver um padrão, este constitui-se do feijão e da farinha de mandioca, os alimentos mais citados como constantes da mesa dos entrevistados. Muito comuns foram as afirmações "a gente come o que acha" ou "o que Deus dá". Houve quem dissesse "não é certo comer todo dia". Além do feijão e da farinha, foram citados, por quem a come, o faz "de vez em quando". As crianças, mesmo as muito pequenas não possuem uma alimentação diferenciada da dos adultos, apenas aos recém-nascidos procuram dar leite.

As crianças em idade escolar que frequentam a escola, o fazem na escolinha comunitária da invasão (escola de 1º grau, que funciona precariamente) ou nos bairros próximos. No entanto, é grande o número das que não estudam ou são obrigadas a abandonar a escola devido à falta de condições financeiras da família. Não foi pesquisado o índice de analfabetismo dos adultos.

Aliado à questão da alimentação existe um outro grave problema social que, embora não tenha constado dos questionários, foi possível constatar nas sucessivas visitas feitas à área: a grande incidência do alcoolismo que existe indistintamente entre homens e mulheres. Pôde-se verificar também que as mulheres são muito maltratadas pelos companheiros: as surras e outra sorte de maus tratos são frequentes além de serem constantemente abandonadas grávidas ou com filhos.

### 3.4 CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS

Não foi constatada a existência de especuladores entre os moradores da invasão do Pela Porco. Todos os entrevistados são proprietários das suas casas. Desses, 36 as construíram sozinhos ou com a ajuda da família; 12 pessoas adquiriram a casa pronta, num processo natural de remanejamento da população. Apenas uma pessoa contou com o regime do mutirão para a construção da sua casa e uma outra contratou os serviços de terceiros.

O material de construção foi adquirido por grande número de pessoas (38%) através de doações de terceiros, sobras de material "arranjado na rua" e alguns, comprado em parte. As pessoas que compraram inteiramente o material para suas casas, perfazem um total de 18%. O restante, 44% a adquiriu pronta ou não respondeu a questão.

A totalidade das residências apresenta um padrão baixo de construção, estando a maioria delas inacabada e em estado precário de conservação. No geral, são muito pequenas (30% delas possui apenas um cômodo e 44% possui dois, ou seja, 74% da totalidade) e são construídas muito próximas umas das outras, distâncias que variam em torno de 1 metro, o que elimina a possibilidade de acréscimos posteriores. As ruas (quando existem) são muito estreitas e geralmente o trânsito entre as casas é feito através de caminhos. A topografia do terreno, muito acidentada, contribui de modo decisivo para o arranjo espacial gerado e a exiguidade da área elimina possibilidades de expansão da própria invasão. Alguns moradores pretendiam ampliar suas casas mas acabaram cedendo as áreas disponíveis para novos moradores que chegavam.

A maioria das residências (54%) é construída de taipa e a madeira compensada ocupa o 2º lugar (28%). Observou-se que mui-

tas vezes a taipa é combinada com sobras de outros materiais: tábuas, compensado, caixotes, papelão, etc, sendo que 10% das casas são inteiramente construídas com esse tipo de sobras. Apenas 8% das edificações são construídas com blocos cerâmicos ou tijolos.

A cobertura mais utilizada é a telha de fibrocimento (78% das casas) estando o restante dividido entre as folhas de zinco (10%), madeirit, papelão, telha cerâmica e restos de material. Quanto ao piso, em 62%, é o próprio chão (chão batido) e 34% utilizou o cimento.

As instalações sanitárias são as seguintes: vaso sanitário em 7 casas (14%); lavatório em 3 (6%), pia de cozinha em 2 (4%) e chuveiros em nenhuma. Ocorre esse número muito baixo de instalações sanitárias embora 30% das casas possuam água encanada. Isso é explicado porque essas habitações possuem apenas (na maior parte das casas) um ponto de água (uma torneira) que é utilizada para encher os vasilhames e daí distribuir os usos. A energia elétrica foi encontrada em 28 casas, ou seja, 56% das casas pesquisadas. Dessas, apenas uma possui medidor e o restante se utiliza do expediente conhecido como "gato" que consiste em utilizar a fiação diretamente dos postes de iluminação pública sem utilizar o medidor. Uma casa recebe o sistema e pelo mesmo processo distribui às outras.

A carência de equipamentos sanitários individuais ou coletivos faz com que os dejetos sejam jogados em terrenos baldios (geralmente às encostas ou em valas a céu aberto, que servem também para o escoamento das águas servidas.

### 3.5. AÇÃO DO PODER PÚBLICO

A população do Pela Porco foi ameaçada de expulsão inúmeras ve-

zes, principalmente no começo da sua ocupação. A área onde se encontra a invasão era um matagal e dizem, que antes da sua ocupação, era usada por ladrões que aí se escondiam com o produto dos roubos. Os primeiros moradores que se instalaram, viveram sob o estigma de serem chamados de ladrões e "maloqueiros" e apoiada nesse argumento, a polícia invadia constantemente a área para "procurar ladrões" agindo sempre com muita violência, segundo relatos dos próprios moradores.

Por essa época, fins da década de 60 e começo da seguinte, a luta do povo do Pela Porco começou a ganhar as páginas dos jornais, devido à constância e intensidade dos conflitos. Conta-se que a área não tinha nome, era chamada de "maloca". Um jornalista, ao referir-se à invasão no seu jornal, chamou-a de Pela Porco, devido a existência de um criatório de porcos no local, conforme informação de uma moradora. A origem do nome vem realmente da existência desse criatório, pois foi confirmada por outros entrevistados. As ameaças de expulsão diminuíram à medida em que a população tornou-se maior e foi aprendendo a se organizar. Também perderam o caráter inicial de "combate à marginalidade" e passaram a ser explicadas abertamente pelo motivo verdadeiro, que demanda ações dessa natureza: a propriedade do solo, a "ilegalidade" da ocupação, embora ainda hoje seja comum a afirmação de que moradores de invasão são vadios, desocupados, marginais, ladrões, etc.

Embora o terreno seja de propriedade do INAMPS, a ação foi identificada como praticada pela Prefeitura através de funcionários do DCOP, do Corpo de Bombeiros e da Polícia. O INAMPS também promoveu algumas tentativas, através da polícia. A forma utilizada era a invasão dos barracos, ameaças, prisões, derrubada ou queima das casas. A Prefeitura, além de ter sido identificada como autora das tentativas de expulsão, foi caracterizada pelos moradores como indiferente e desinteressada. Isso por-

que, quando se constituíam comissões para falar com o Prefeito, ouviam a negação da autoria das ameaças e a alegação de que na da podia fazer para atender às reivindicações ou em benefício dos moradores, já que o terreno não é de propriedade da Prefeitura.

A Associação de Moradores surgiu nessa luta para permanecer no local, tendo se formalizado no ano de 1976 e hoje conta com alguns progressos, na forma de benefícios que trouxe à área: a construção em 1981 da Escolinha Comunitária, que é atendida por professores municipais, onde funcionam o pré-escolar e o 1º grau; a troca do nome para Alto da Boa Esperança (nome já reconhecido oficialmente), água encanada nas áreas de mais fácil acesso a partir de 1982 e ultimamente, a rede de iluminação pública que começou a ser implantada na época da aplicação desta pesquisa em setembro de 1982.

Além desses benefícios, a invasão conta hoje com a existência de um Posto Médico, este, iniciativa da Secretaria de Saúde do Estado e Seplantec, inaugurada em 1981.

Em relação a área do Pela Porco ou Alto da Boa Esperança, a ação do Poder Público é bastante esclarecedora da política adotada para a população de baixa renda, numa cidade que tem graves problemas derivados da posse da terra. Em Salvador a terra se concentra em mãos de grandes empresas imobiliárias e de alguns poucos "proprietários", que muitas vezes a receberam gratuitamente. Esses "proprietários" pleiteiam o aforamento ou a simples doação de grandes glebas e se comprometem a dar um uso à área. Ocorre que, comumente, a terra passa anos a fio intocada (à espera de valorização) e só quando é invadida o "proprietário" aparece para reclamar os seus direitos. Quando ocorre uma invasão que se torna conhecida de imediato, geralmente pela quantidade de pessoas que mobiliza, a primeira atitude da Prefeitura é impe-



dir que a mesma cresça e se consolide. Nesse momento o discurso oficial mais comum, procura diminuir a importância da questão habitacional para a baixa renda reduzindo-a a uma "ação de especuladores que se apresentam como se fossem pobres sem ter onde morar". Apesar desse discurso parecer velho, ser desacreditado e não convencer a mais ninguém, é ainda muito utilizado haja visto os argumentos levantados para justificar métodos repressivos violentos contra a população da recentíssima invasão das Malvinas, em Itapoã-Av. Paralela.

Como o problema da habitação é real e os invasores realmente não tem para onde ir, tem sido difícil a erradicação total de áreas invadidas e essa resistência tem feito com que esse processo além de difícil, envolva outros setores da sociedade e represente sempre um desgaste político para o Governo. Quando uma área é erradicada a Prefeitura se vê obrigada a transferir a população para outra área (ex. do Marotinho) embora essa área sempre seja muito mais distante e desabitada.

Essa luta pela expulsão dos invasores envolve maior ou menor empenho da Prefeitura a depender do interesse que a área apresenta. O Pela Porco por exemplo, ocupa uma área que não desperta maior interesse. Trata-se de um terreno acidentado, contido entre algumas construções de porte médio e de ocupação restringida pela encosta abrupta, além de não possuir valor elevado no mercado imobiliário devido às características da vizinhança. Os benefícios infra-estruturais, como a água e a energia elétrica, também estão relacionados com a política de erradicação de invasões, já que são levados ao local, quando as empresas responsáveis pelos mesmos, têm a certeza de que a população não será expulsa, já que não lhes interessa perder o investimento. Dessa forma, para que o serviço seja implantado, é feita uma consulta à Prefeitura no sentido de se obter garantias quanto à permanência da população na área, segundo foi relatado por um funcionário

rio da COELBA (Companhia de Energia Elétrica da Bahia).

Além da expulsão sistemática, oficial, existe ainda um outro tipo chamado "expulsão branca" que atinge indistintamente moradores de invasão e moradores de bairros populares e outras áreas ocupadas pela população de baixa renda. Essa expulsão ocorre nos bairros que possuem melhor localização como a Federação, o Garcia e outros, e consiste na gradual substituição dos moradores, por outros de renda mais elevada, à medida em que a área vai sendo beneficiada com a implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Assim, essa população vai sendo constantemente "empurrada" para áreas mais periféricas.

Resta ainda considerar que muitos dos bairros mais antigos da cidade ocupavam inicialmente áreas de propriedade duvidosa, terras devolutas ou públicas, foreiras e rendeiras, tendo se expandido e adensado através de processos de invasão que escaparam a fiscalização do Poder Municipal. Esses bairros (Liberdade, São Caetano, Nordeste de Amaralina são para citar alguns exemplos), ocupam grande parte da área ocupada residencialmente conforme pode ser visto na fig. 4, são muito populosos, carentes de infra-estrutura e equipamentos comunitários além do que suas habitações são consideradas precárias em sua maioria. Nesses bairros parte considerável dos seus moradores não possuem a posse da terra o que lhes confere uma situação de insegurança e não existe uma política específica de resolução dos seus problemas.

#### 4. CONCLUSÃO

Este estudo não esgota a questão das invasões, sequer o conhecimento sobre a invasão específica do Pela Porco, embora seja esclarecedor de importantes aspectos para a compreensão do problema. Conquanto existam facetas do problema que necessitem ser estudadas mais profundamente, a pesquisa efetuada nessa invasão demonstrou que, a base teórica apresentada se coaduna com a realidade vivida pelos estratos mais carentes da população, aqui representados pelos moradores do Pela Porco.

A concepção inicial deste trabalho se fundamentou no conhecimento de uma área de invasão, com o objetivo de utilizá-la como exemplo do fenômeno na cidade do Salvador. Porém, à medida em que a questão foi se explicitando, tornou-se clara a impropriedade da utilização de uma invasão como exemplo para outras áreas semelhantes existentes na cidade, já que o processo de formação dessas áreas, embora com muitos pontos em comum, não é idêntico, sofrendo variações no tempo e no espaço.

Dentre os pontos em comum a todas as invasões, o fundamental deles diz respeito ao fato de que, antes de tudo, a invasão é a forma encontrada para a resolução do problema habitacional de grande parcela da população, que não tem condições financeiras de arcar com o seu custo. As principais divergências ficam por

conta das modificações que o processo de formação dessas áreas vem sofrendo ao longo dos anos.

Quando surgiram as primeiras invasões, havia uma maior disponibilidade de terras e até um certo interesse de que essas ocupações ocorressem pois expandiam a área urbana, como foi visto anteriormente. Movimentos coletivos caracterizaram essas invasões e embora houvesse repressão, os ocupantes dessas áreas a exemplo de Alagados, Corta-Braço e Gengibirra, via de regra, conseguiram ganhar de causa na Justiça e tiveram as terras desapropriadas para fins de utilidade pública.

A medida em que o processo de urbanização delineou mais claramente os interesses do capital e a Prefeitura Municipal passou a adotar políticas de controle e erradicação mais sistemáticas, o processo de formação das invasões passou a ser mais difícil e a exigir do invasor uma ação contínua e mais discreta. No entanto, à época do surgimento das primeiras invasões, houveram também as que se foram formando paulatinamente, assim como ainda hoje, é possível ocorrer invasões coletivas (embora não seja a tônica predominante). O processo contínuo de formação das invasões tem sido o mais comum (e eficaz) ao longo dos tempos. Dessa forma têm surgido novas invasões grandes e pequenas e se adensado outras ou os bairros populares. Nesse aspecto o Pela Porco assemelha-se à maioria das invasões surgidas em Salvador.

Das invasões que se formaram na cidade algumas foram erradicadas e a maioria existe até hoje. As mais antigas Alagados, Vila Conceição, Corta-Braço, Alto do Sobradinho etc. estão consolidadas e seus terrenos doados aos ocupantes ou desapropriados, se constituindo em bairros populares ou parte desses. As mais recentes Caxundê, Cajueiro, Nova Brasília, Nova Divinêia, Malvinas, etc. ainda não se encontram consolidadas e os seus moradores vivem em situação de insegurança. Estas, caracterizam-se

atualmente pela organização dos seus ocupantes no sentido da luta pela permanência no local e melhoria das condições gerais da invasão, da implantação de infra-estrutura e equipamentos.

Às vezes o processo de consolidação da invasão é dificultado pela ação de especuladores na área que acaba prejudicando a coletividade. Essa ação especulativa pode ocorrer de várias formas: um terreno é invadido por uma única pessoa que o loteia clandestinamente e vende os lotes a terceiros. Os ocupantes desses lotes juridicamente são invasores porque a compra que efetuaram não possui valor legal. É o que ocorre por exemplo, com a invasão de Nova Brasília próxima da Lagoa do Abaeté. Outra forma de especulação é a ocupação de vários lotes durante o processo de formação da invasão, por uma pessoa que depois os vende ou constrói barracos e os aluga. Esses especuladores apesar de não caracterizarem os ocupantes de invasão, são utilizados para justificar ações repressivas por parte da P.M.S. e esvaziar o sentido da luta pelo lugar onde morar.

O problema das invasões é de difícil resolução e até hoje não foram apresentadas soluções que venham resolvê-lo. As medidas adotadas pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado, têm se mostrado ser apenas soluções paliativas, que sequer resolvem a contento os problemas dos locais onde são aplicadas. Na verdade a P.M.S. não vem desenvolvendo uma política habitacional de baixa renda ampla e as intervenções que são feitas em uma ou outra invasão são mais de caráter urbanístico (saneamento básico) e não chegam a resolver os problemas dessa invasão, quanto mais a fornecer uma solução da maior abrangência. Eventualmente uma área é doada para a transferência de uma invasão, ou é declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, para que se possa nela intervir. Na maioria das vezes, a benfeitoria é feita no local e a desapropriação nunca é efetivada, ficando os moradores na mesma situação e quem se beneficia é o proprietário da área.

O Estado, através da AMESA S.A. (Alagados Melhoramentos S.A.) vem urbanizando a área dessa invasão num trabalho que já dura mais de 10 anos e ainda não acabou, resultando caríssimo e impossível de ser repetido em outras áreas. Para que ele se tornasse possível, a área foi "congelada" ou seja, através de um controle rigoroso impediu-se que a invasão continuasse crescendo.

A consequência desse "congelamento" se fez notar no surgimento de um outro Alagados situado logo mais adiante: o conhecido Alagadinho da Enseada do Cabrito que hoje abriga milhares de pessoas. Por outro lado, quando a P.M.S. tentou cadastrar moradores de algumas áreas para que lhes fossem doados títulos de posse, em Coutos, essa tarefa tornou-se inviável porque o número desses moradores não parava de aumentar. São apenas duas ilustrações do que ocorre quando se pretende tratar um problema da envergadura da invasão a nível micro, como se estivesse isolado do contexto em que foi gerado.

Sem dúvida que o trabalho da AMESA é louvável, pode resolver o problema dos Alagados, mas não erradica o problema da invasão; tampouco achamos de menor importância a urbanização de áreas de invasão. Isso tem que realmente ser feito, no entanto, qualquer política que seja adotada sem uma alteração profunda na estrutura sócio-econômica, não vai gerar grandes frutos, principalmente quando se sabe que, é cada vez maior o número de trabalhadores, que partem para a invasão como a sua única alternativa de moradia. Além das medidas para a urbanização dessas áreas, uma que por certo ajudaria os moradores seria a doação de títulos de posse ou a simples concessão de uso, de modo que dessem a garantia de continuidade no local e favorecessem a melhoria da própria habitação. Todavia, qualquer modificação substancial no quadro apresentado, só será possível após a melhoria das condições de vida da população, ou seja, a partir de alterações no modelo sócio-econômico vigente.

5. BIBLIOGRAFIA



## BIBLIOGRAFIA

1. BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. s.n.t. 26 fls. mimeog. Comunicação apresentada para o simpósio de habitação da XXVII Reunião Anual da SBPC. Jul/1975. Rio de Janeiro.
2. BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALADARES, Lícia do Prado, org. Habitação em Questão. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980. p 125 - 42.
3. GUIMARÃES, Ademar. A Carta de Atenas; Comentário a propósito de Salvador. Planejamento. Salvador, CPE 6(2): 193-218, abr/jun, 1978.
4. IVO, Ana Sofia Leal. Invasões urbanas em Salvador. Salvador, s. ed., 1977. 11 p.
5. LOJKINE, Jean. O papel do estado na urbanização Capitalista. In: FORTI, Reginaldo, org. Marxismo e Urbanismo Capitalista. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979. p 15-51.
6. MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional. Salvador, UFBA. 1979. 200 p + anexos. Tese de Mestrado em Ciências Sociais da UFBA.
7. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. 2a. ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978. 137 p.
8. OLIVEN, Ruben George. Urbanização e mudança social no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980. 136 p.

9. POR um lugar onde morar: Subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador. Caderno do CEAS. Salvador, (37): 20-34, 1975. Publicado pelos "Amigos dos Desabrigados", este documento foi redigido por um morador do bairro proletário de Fazenda Grande, membro da Associação de Moradores.
10. RIBEIRO, Elizabete M.A. e DEBEFFE, Charles. Poder Público municipal e propriedade fundiária urbana. In: FUNDAÇÃO DE PESQUISA - CPE (Bahia). Habitação e Urbanismo em Salvador. Salvador, 1979. p 85-110.
11. SALVADOR. Órgão Central de Planejamento. Encostas: rede finindo a questão. Trabalho elaborado pelo Grupo de Estudos Sócio-Econômicos. Salvador, 1981. V.1.
12. SALVADOR. Órgão Central de Planejamento. EPUCS - Uma experiência de Planejamento Urbano. Salvador, 1976 - 181 p. (Plandurb. Estudos Informativos, 1)
13. SALVADOR. Órgão Central de Planejamento. Indicação para política de terras em Salvador. Trabalho elaborado por Adalberto Bulhões Filho e Denise de Oliveira Lima. Salvador, 1980. n.p.
14. SANTOS, Milton. Alguns Problemas do crescimento da cidade do Salvador. Boletim Baiano de Geografia. Salvador. 2 (5/6): 21-36. jun/set, 1961.
15. SILVA, Dailton Mascarenhas da. Invasões: o que a Imprensa não diz. s.n.t. n.p. mimeog. Subsídios para o Seminário sobre Invasões, 1977, IAB/BA.

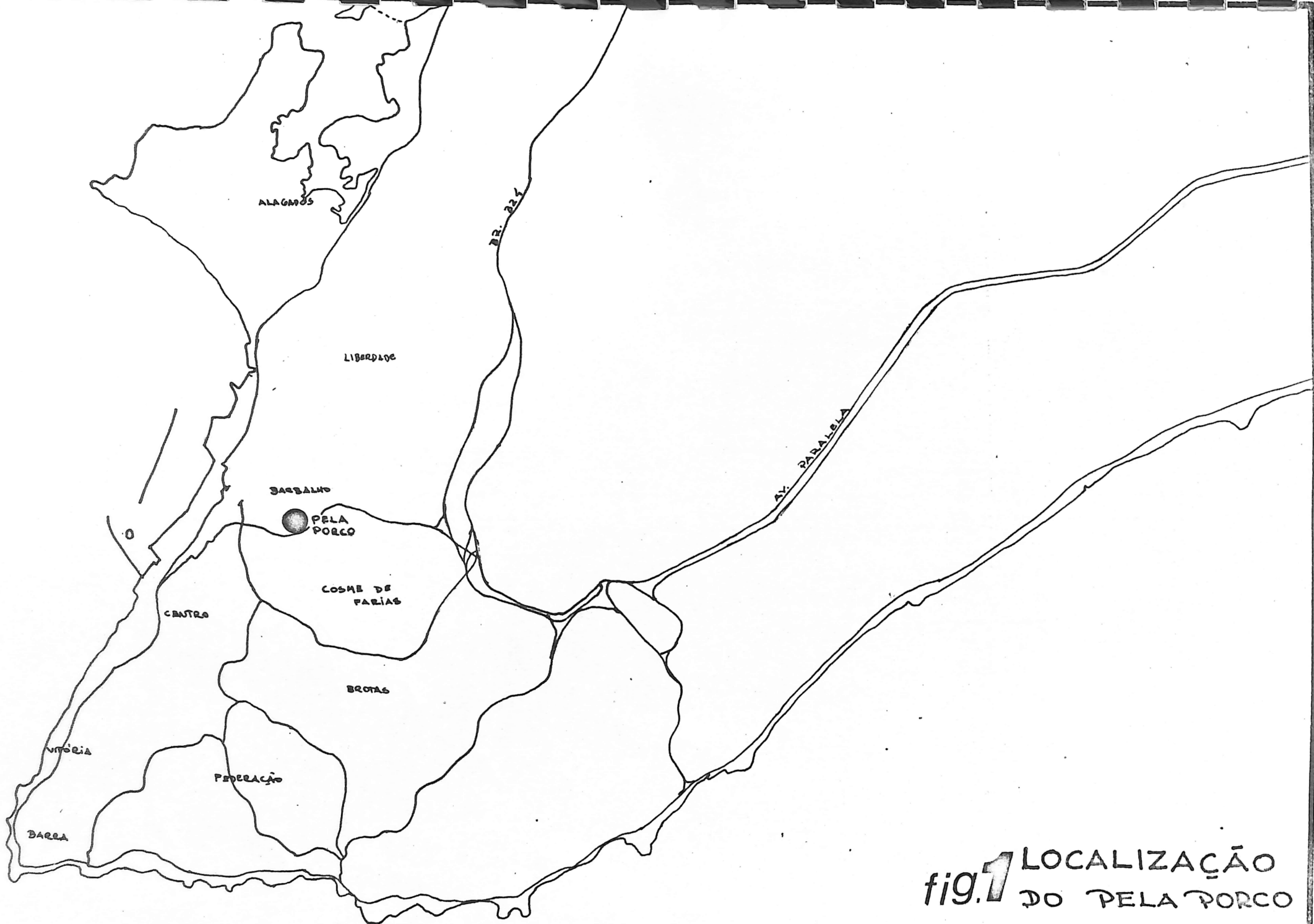


fig. 1 LOCALIZAÇÃO DO PELA PORCO

6. M A P A S













**LEGENDA:**

● INVASÕES EXISTENTES EM SALVADOR

■ ÁREAS COM PREDOMINÂNCIA DE POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

ESC: 0 50 100m 200

FONTE: OCEPLAN - CDB - CONDESA

**fig.4** ÁREAS DE BAIXA RENDA EM SALVADOR